

MINUTA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE SEGUNDA EMISSÃO PARA OFERTA PÚBLICA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES PREFERENCIAIS DA CONSTRUTORA SULTEPA S/A

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, CONSTRUTORA SULTEPA S/A, com sede no Km 258 da Rodovia Federal BR 116, em Esteio - Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 89.723.993/0001-33, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como INTERVENIENTE GARANTIDORA, PEDRASUL CONSTRUTORA LTDA, com sede no Km 258 da Rodovia Federal BR 116, em Esteio - Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 89.724.504/0001-68, neste ato representada na forma de seu Contrato Social e como AGENTE FIDUCIÁRIO, APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua do Tesouro, 47 - 3º andar, inscrita no C.G.C. - Cadastro Geral de Contribuintes - do Ministério da Fazenda sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeado nesta Escritura e nela Interveniante, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta emissão, vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO E DO ARQUIVAMENTO DAS ATAS

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 03 de julho de 1995 e cuja a ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e publicada na forma estabelecida no item 17 da Cláusula III.

II - DOS REQUISITOS DO REGISTRO

1) NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº. 6.385, de 07/12/1976 e nº. 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

2) REGISTRO DA ESCRITURA

A escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Esteio, Rio Grande do Sul e no Cartório de Registro de Imóveis de Estância Velha, Rio Grande do Sul.

III - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características :

1) MONTANTE DA EMISSÃO

O valor total da emissão será de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na data da emissão.

2) QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Serão emitidas 12.000 (doze mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais de valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na data da sua emissão.

3) SÉRIES

A emissão será realizada em série única.

4) DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 01 de julho de 1995.

5) PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da data de emissão, vencendo-se portanto, em 01 de julho de 2000.

6) FORMA

As debêntures serão escriturais.

7) ESPÉCIE E GARANTIA

7.1) As debêntures serão da espécie com garantia real hipotecária, constituída em 1º grau em favor dos titulares das debêntures, sobre os imóveis localizados no Bairro das Rosas, altura do km 39 da BR-116, em Estância Velha, objeto das matrículas números 8441, 8443, 8445, 3166, 3164, 1079, 22212 e 22213, de propriedade da EMISSORA, e das matrículas números 8349 e 13253, de propriedade da INTERVENIENTE GARANTIDORA, todas do Registro de Imóveis da Comarca de Estância Velha, Rio Grande do Sul, perfazendo uma área global de 481.589,17 m², compreendendo não apenas a área superficial dos terrenos, como também as pedreiras, instalações gerais de britagem, usinas de asfalto e todas as demais instalações e benfeitorias ali existentes, inclusive os direitos de lavra da mina.

7.2) O valor total das garantias reais, em 03/07/95, era de R\$ 15.126.000,00 (Quinze milhões, cento e vinte e seis mil reais):

- Terrenos.....	R\$ 289.000,00
- Benfeitorias / Inst. gerais e de britagem	R\$ 1.928.000,00
- Direitos de Lavra	R\$ 12.448.000,00
- Usinas de asfalto e de solos	<u>R\$ 461.000,00</u>

Valor total das garantias reais: R\$ 15.126.000,00

8) CONVERSIBILIDADE

As debêntures serão escriturais, conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA, na forma abaixo:

8.1) Cada debênture poderá ser convertida, a qualquer tempo, à opção dos debenturistas, em 426 ações preferenciais da EMISSORA.

8.2) Os debenturistas exercerão a opção de conversão por meio de envio à EMISSORA da Solicitação de Conversão, através de carta registrada, com aviso de recebimento, telex ou fac-símile. A Solicitação de Conversão deverá conter o nome do debenturista e a quantidade de debêntures que deseja converter.

- 8.2.1.) Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data de conversão a data do recebimento da Solicitação de Conversão pela EMISSORA.
- 8.2.2.) As ações resultantes da conversão serão colocadas à disposição de seus titulares em até 3 (três) dias úteis após a data da Solicitação de Conversão.
- 8.3) As ações decorrentes da conversão, terão as mesmas características e condições e farão jus aos mesmos direitos, preferências e vantagens, estatutariamente garantidas às ações preferenciais, e farão jus as bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data de Solicitação de Conversão pelo debenturista.
- 8.4) As ações oriundas da conversão farão jus a dividendos integrais do exercício em que ocorrer a Solicitação de Conversão.
- 8.5) Não serão devidos às debêntures quaisquer valores de Juros e Prêmio, no caso de conversão, ressalvados os vencidos em datas anteriores à data da conversão.
- 8.6) Os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures em ações serão realizados mensalmente, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da EMISSORA.
- 8.7) A quantidade de ações estipulada no caput deste item, será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

9) BASE DE REMUNERAÇÃO

A base de remuneração das debêntures desta emissão será o valor nominal, acrescido e capitalizado da variação acumulada da TR (Taxa Referencial), data base dia 01, a partir da data de emissão, e o valor pecuniário assim obtido constituirá base de cálculo de qualquer obrigação prevista nesta escritura e será pago quando das amortizações, resgate ou do vencimento desta emissão. No caso de extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares esta não puder ser utilizada como parâmetro de remuneração nas emissões de debêntures, ou forem alterados os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, ou ainda, no caso de alteração significativa de seu critério de cálculo, será aplicável à presente emissão, em sua substituição, o Fator de Juros calculado com base na TAXA ANBID referente ao primeiro dia útil do mês, diminuída (descapitalizada) do último spread utilizado para cálculo da TR, vigente à época de sua extinção. O Fator de Juros acima referido não poderá ser inferior a 0 % e será obtido através da seguinte fórmula:

$$FJ = \left\{ \frac{\left[\left(\frac{ANBID}{100} + 1 \right) \frac{n}{360} \right]^{\frac{dup}{dut}}}{(1 + R)} - 1 \right\} \times 100$$

onde:

FJ = Fator de Juros, que não será inferior a 0 %.

ANBID = Taxa ANBID referente ao 1º dia útil do mês.

n = Prazo da taxa ANBID.

dup = Quantidade de dias úteis entre o 1º dia útil do mês e o 1º dia útil do mês seguinte.

dut = Quantidade de dias úteis entre o 1º dia útil do mês e o dia do vencimento da taxa ANBID.

R = Redutor idêntico ao último redutor utilizado para cálculo da TR na data de sua extinção, expresso na forma decimal.

9.1) Entende-se como TAXA ANBID as taxas divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré-fixados.

9.2) No caso de obrigações que se devam liquidar em datas que não coincidam com o 1º dia útil do mês, deverá ser utilizada a TR data-base dia 01, pro-rateada por dias úteis desde o 1º dia útil do mês até o dia da obrigação.

10) JUROS (Juros de 12%)

As debêntures farão jus a juros remuneratórios de 12 % (doze por cento) ao ano (360 dias) a partir da data de emissão, incidente sobre o valor pecuniário resultante do previsto no item 9 acima, que será pago em conjunto com o Prêmio sobre a Base, conforme definido no item 11.1 desta Cláusula.

11) PRÊMIO SOBRE A BASE (Prêmio de 4%)

As debêntures farão jus a um prêmio, incidente sobre a base de remuneração, de 4 % (quatro por cento) ao ano (360 dias), a partir da data de emissão.

11.1) O rendimento total correspondente aos juros e ao prêmio incidente sobre a Base de Remuneração totalizará 16 % (dezesesseis por cento) ao ano, (360 dias), que será calculado exponencialmente por dias decorridos e será pago em 01/03, 01/07 e 01/11 de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 01/03/96, e o último em 01/07/98, data da 1ª repactuação.

12) PRÊMIO ANUAL (Anbid)

As debêntures farão jus a um prêmio devido em 01/07/96, 01/07/97 e 01/07/98, equivalente à diferença positiva, se houver, entre os termos da seguinte fórmula:

$$P = (Vn_1 \times F) - \left(Vn_2 \times 1,16^{\frac{d}{360}} \right)$$

Onde:

P = é o valor do prêmio anual a ser pago por debênture, se positivo, expresso em reais;

Vn₁ = é a base de remuneração calculada na data de início de cada "Período de Incidência de Prêmio", conforme definido no item 13 desta Cláusula ;

V_{n2} = é a base de remuneração calculada na data de encerramento de cada "Período de Incidência de Prêmio", conforme definido no item 13 desta Cláusula ;

d = é a quantidade de dias decorridos de cada "Período de Incidência de Prêmio", conforme definido no item 13 desta Cláusula ;

F = Fator de apuração do prêmio anual, que será apurado da seguinte maneira:

PARÂMETRO: Fator acumulado do resultado da aplicação das taxas e respectivos indexadores, se pós-fixadas, divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixados, acrescido (capitalizado) de um "spread" de 4 % (quatro por cento) ao ano (360 dias), em cada "Período de Incidência de Prêmio", conforme definido no item 13 desta Cláusula.

Entende-se como "Sub-Período de Incidência de Prêmio", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim:

- a) O primeiro "Sub-Período de Incidência de Prêmio" inicia-se na data de início de cada "Período de Incidência de Prêmio", conforme definido no item 13 desta Cláusula e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós fixada, mais negociada, apurada na data de início do respectivo "Sub-Período de Incidência de Prêmio" das debêntures;
- b) Os "Sub-Períodos de Incidência de Prêmio" seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do "Sub-Período de Incidência de Prêmio" anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o de sub-período em vigor;
- c) As taxas e os indexadores, se pós-fixadas, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pró-rata temporis" se necessário, até a data do efetivo pagamento de prêmio, de forma a cobrir cada "Período de Incidência de Prêmio", conforme definido no item 13 desta Cláusula.

Caso a última taxa ANBID considerada seja de um CDB pós-fixado e seu indexador não seja conhecido, ou a taxa não esteja disponível quando do vencimento do prêmio, será considerado o valor da TR ou do seu substituto para o período, até que o indexador ou a taxa seja divulgado. Quando da divulgação do referido indexador ou da taxa, o prêmio será recalculado e a eventual diferença estará à disposição dos debenturistas a partir do 5º (quinto) dia útil após a referida divulgação, devidamente atualizada pela variação da TR desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

Na falta de divulgação pela ANBID das taxas acima citadas, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos bancários pós e pré-fixados, para lotes de valor equivalente a 500 (quinhentas) debêntures, obtidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO junto às seguintes Instituições: BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A.; BANCO MULTIPLIC S.A.; UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.; CITIBANK, N.A.

13) PERÍODO DE INCIDÊNCIA DE PRÊMIO

Ficam definidos como "Períodos de Incidência de Prêmio" o seguinte:

- 1º período: Aquele que se inicia na data de emissão (01/07/95) e termina em 01/07/96;
- 2º período: Aquele que se inicia em 01/07/96 e termina em 01/07/97;
- 3º período: Aquele que se inicia em 01/07/97 e termina em 01/07/98, data da 1ª repactuação.

14) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

Para os efeitos da presente emissão, o preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal unitário acrescido da base de remuneração, dos juros remuneratórios e prêmios, se houver, conforme estabelecido nos itens 9, 10, 11 e 12 desta Cláusula, calculados de forma "pro-rata-temporis". As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

15) PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA

Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, de modo que as Instituições participantes da presente emissão, efetuarão a colocação de seus respectivos lotes, mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

16) NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

17) PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, nos jornais GAZETA MERCANTIL (edição regional de São Paulo) e JORNAL DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

18) DIREITO DE PREFERÊNCIA

Será concedido aos acionistas da EMISSORA prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das debêntures objeto desta Escritura no período de 07 de julho a 05 de agosto de 1995, estabelecido em Aviso aos Acionistas.

19) RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

À EMISSORA reservar-se-á o direito de, a partir de 01/07/96, promover o resgate das debêntures em circulação mediante o pagamento do respectivo valor nominal, acrescido da Base de Remuneração, dos juros remuneratórios e prêmios, se houver, devidos na data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio. O resgate antecipado será precedido de aviso aos debenturistas, publicado com pelo menos 40 (quarenta) dias de antecedência, do qual deverá constar, dia do resgate, data limite para conversão opcional das debêntures a serem resgatadas, quantidade e numeração das debêntures sorteadas, no caso de resgate parcial. Os

debenturistas poderão optar pela conversão de suas debêntures, no caso de resgate parcial ou total, até 10 dias antes da data determinada para a efetivação do resgate, conforme publicado no aviso de resgate.

20) AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado, debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios, e prêmios, se houver, conforme definido nos itens 9, 10, 11 e 12 desta Cláusula, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

21) REPACTUAÇÃO

O Conselho de Administração da EMISSORA se reunirá previamente à data de cada repactuação para deliberar sobre o período de repactuação subsequente, os juros remuneratórios e prêmios, inclusive os de permanência, se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento. As deliberações do Conselho de Administração da EMISSORA relativas a cada repactuação, serão publicadas pela EMISSORA até o 10º (décimo) dia que anteceder à data de repactuação. Fica desde já definido que a primeira repactuação das debêntures ocorrerá em 01 de julho de 1998.

22) AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA

A EMISSORA compromete-se a adquirir, nas datas de repactuação, a totalidade das debêntures em circulação relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições das repactuações deliberadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA, pelo valor nominal, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmios, se houver, conforme definido nos itens 09, 10, 11 e 12 desta Cláusula. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à EMISSORA, deverá se habilitar no período compreendido entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia imediatamente anterior ao dia da repactuação, mediante o registro formal protocolado junto à prestadora de serviço de debenturistas, CETIP ou em locais indicados pela EMISSORA. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem colocadas novamente no mercado.

23) LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da EMISSORA na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema.

24) PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

25) JUROS DE MORA

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (hum por cento) ao mês, além da base de remuneração, dos juros remuneratórios e prêmios, se houver, tal como estabelecido neste instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

26) DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no item 24 anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros, prêmio e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

27) VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmios, se houver, conforme definido nos itens 09, 10, 11 e 12 desta Cláusula, das debêntures em circulação, calculados exponencialmente por dias decorridos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) Falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, prevista nesta escritura de emissão; e
- e) Decretação de Falência.

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- 1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- 1.3) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.

2) Não incorrer, assumir ou permitir que existam, (exceto se previamente autorizada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de acordo com os debenturistas), no curso dos negócios, dívidas onerosas consolidadas da EMISSORA de valor total acima de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), excluindo-se as debêntures da 1ª Emissão, porém incluídas as debêntures colocadas da 2ª emissão.

- 2.1) O valor total da dívida, expresso no item 2 acima, será reduzido para R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), a partir de 31/12/95 e para R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), a partir de 31/12/96.

- 3) Não avalizar ou afiançar dívidas, no curso dos negócios, de valor total acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
- 4) Enviar ao Agente Fiduciário relatório mensal discriminando o credor e o valor das dívidas onerosas da Emissora, até o 10º dia do mês seguinte ao que se refere o relatório.
- 5) Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- 6) Manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº. 6.404/76
- 7) Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta escritura, APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei no. 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições e anexos, aceitação essa que se traduz pela aposição da rubrica dos representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- d) Estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

2. Remuneração

Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) 01 parcela de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pagos no ato da assinatura do presente instrumento, a título de taxa de implantação de serviços;
- b) 09 parcelas semestrais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de honorários, sendo a 1ª paga em 30/01/96 e as demais nos mesmos dias dos meses de julho e janeiro subseqüentes.

A parcelas vencíveis a partir de 30/07/96 sofrerão atualização monetária pelo IGP-DI, desde a data da emissão das debêntures.

3. Substituição

As condições de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO serão as previstas nos artigos 1º a 6º da Instrução CVM nº 28/83 e disposições contidas nos artigos 66 e 67 da Lei nº 6.404/76.

4. Deveres e Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

Os deveres do Agente Fiduciário são os previstos no artigo 68 da Lei nº 6.404/76 e artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83.

5. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas efetivamente indispensáveis em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) Extração de certidões;
- c) Locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

VI - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

À Assembléia de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas que representem metade no mínimo das debêntures em circulação.

VII - DO FORO

O Foro da presente Escritura será o da Cidade de Esteio no Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Porto Alegre, 19 de julho de 1995.

EMISSIONA:

CONSTRUTORA SULTEPA S/A

INTERVENIENTE GARANTIDORA:

PEDRASUL CONSTRUÇÃO LTDA.

AGENTE FIDUCIÁRIO:

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1a.: _____

2a.: _____